

**NA SENSIBILIDADE DO PERCEBER:
AS DIVERSAS POSSIBILIDADES E OUTRAS NARRATIVAS DAS MISSÕES (RS)**

IN THE SENSITIVITY OF PERCEIVING:
THE VARIOUS POSSIBILITIES AND OTHER NARRATIVES OF THE MISSIONS (RS)

Ana Laura Carvalho Nunes
Ana Luisa Jeanty de Seixas
César Bastos de Mattos Vieira

Como citar este artigo:

NUNES, Ana Laura Carvalho; SEIXAS, Ana Luisa Jeanty de; VIEIRA, César Bastos de Mattos. Na Sensibilidade do Perceber: As diversas possibilidades e outras narrativas das Missões (RS). Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 245-259, Jul-Dez. 2021.

Recebido em: 31/05/2021

Aprovado em: 04/08/2021

Publicado em: 14/12/2021

ISSN 2316 8412

Na Sensibilidade do Perceber: As diversas possibilidades e outras narrativas das Missões (RS)

In The Sensitivity of Perceiving: The various possibilities and other narratives of the Missions (RS)

Ana Laura Carvalho Nunes ^a

Ana Luisa Jeanty de Seixas ^b

César Bastos de Mattos Vieira ^c

Resumo:

A memória pode ser manifestada através de “marcas”, individualizando lugares e formando identidades. Nessas marcas, diferentes narrativas, como a patrimonial, tornam-se visíveis, e os valores a serem preservados são indicados através da escolha de alguns bens e das manifestações culturais. O objetivo deste artigo é indicar a importância de uma leitura mais sensível da “realidade” patrimonial, partindo-se do pressuposto de que o patrimônio é uma narrativa elegida entre várias possibilidades (ao escolher-se uma, outras são desconsideradas), sendo utilizado como instrumento de poder. Metodologicamente, se aplicam considerações teóricas no exemplo de Missões (RS), cuja construção das “marcas desse lugar”, ao nosso olhar, baseia-se em uma narrativa patrimonial predominantemente eurocêntrica, que ainda hoje molda e instrumentaliza as políticas brasileiras de patrimônio. Este estudo pretende provocar reflexões acerca da necessidade de um olhar mais acurado para outras narrativas “esquecidas” ou emergentes, sem, entretanto, esgotá-las.

Abstract:

Memory can be manifested through “marks”, individualizing places and forming identities. In these marks, different narratives such as heritage become visible, and the values to be preserved are indicated through the choice of some goods and cultural manifestations. The purpose of this article is to indicate the importance of a more sensitive reading of the heritage “reality”, based on the assumption that heritage is a narrative chosen among several possibilities (when choosing one, others are disregarded), being used as instrument of power. Methodologically, theoretical considerations are applied to the example of the Missões (RS), whose construction of the “marks of this place”, in our view, is based on a predominantly Eurocentric heritage narrative that still shapes and implements Brazilian heritage policies. This study intends to instigate and provoke reflections on the need for a more accurate look at other “forgotten” or emerging narratives, without, however, exhausting them.

Palavras-Chave:

narrativas; patrimônio cultural; identidade; Missões.

Keywords:

narratives; cultural heritage; identity; Missões.

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Email: analaura.nunes@hotmail.com ORCID: 0000-0002-7181-5659.

^b Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: analuisaseixas@gmail.com ORCID: 0000-0002-0194-4789

^c Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROPAR, da UFRGS; Professor Associado da Faculdade de Arquitetura da UFRGS e professor convidado no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR - UFRGS. Email: cbvieira.1963@gmail.com ORCID: 0000-0002-5518-6194

INTRODUÇÃO

A globalização, compreendida a partir de uma fundamentação em Bauman (1990) e de outros autores do campo patrimonial¹, provocou reflexões sobre novas maneiras de ver e de pensar as cidades. No que tange “as marcas” que identificam e individualizam lugares no meio de tantos outros, isso ocorre através de diferentes narrativas, destacando-se, nesse artigo, a patrimonial - a seleção de bens materiais e imateriais que indicam valores a serem preservados como representantes de lugares e de indivíduos, promovendo a sua identidade.

A necessidade de reconhecer ou de criar uma identidade brasileira está presente no campo patrimonial desde a instrumentalização oficial do patrimônio na década de 1930, com a busca do “ser brasileiro”. Essa identidade foi sendo moldada e construída na seleção de bens de “pedra e cal”, com viés material, normalmente relacionado ao passado luso-brasileiro e/ou colonial (SEIXAS, 2014). Nesse contexto inicial, a dimensão imaterial e os outros atores sociais como a população indígena e os descendentes de africanos, entre outros, foram colocados em um papel secundário, “esquecidos” e valorizados apenas mais recentemente. Trata-se de escolha, de seleção e de construção de uma narrativa baseada em padrões importados e ainda pouco questionada, que criou lugares, deixou marcas e moldou a identidade patrimonial brasileira. Sendo assim, é necessário (re)pensar o patrimônio, para que(m) ele é preservado e quem ele, de fato, representa, ou seja, qual identidade é valorizada e reconhecida. É importante trazer à tona tensões narrativas e disputas emergentes, refletindo sobre quais marcas estão sendo construídas e contadas e qual(is) está(ão) sendo relegadas(s) ao esquecimento.

Dentro de inúmeras reflexões possíveis nesse campo, este artigo é um convite a uma leitura mais sensível das diferentes “realidades” patrimoniais, formadoras de lugares e identidades. Assim, parte-se de uma apuração da sensibilidade sobre a temática e do pressuposto de que o patrimônio é uma narrativa escolhida, uma marca de lugar e um elemento fundamental e formador da identidade. Considerando a existência de uma “narrativa oficial” que abarca uma perspectiva da história, se propõe especular sobre a existência de outras narrativas possíveis para o patrimônio que permitam uma (re)valorização e (re)significação de marcas e lugares. Como exemplo a ser refletido se apresenta o caso de Missões², no Rio Grande do Sul, e mais especificamente o Sítio de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, cuja emergência de novas narrativas tensiona a visão patrimonial e a identidade até então conhecida.

¹ Autores como Zygmunt Bauman abordam a questão da globalização de uma forma mais ampla, sob o viés das discussões políticas, culturais, temporais e espaciais. Marcia Chuva, Maria Cecília Londres da Fonseca, Márcia Sant’Anna e Vanessa Figueiredo, entre outros, apresentam essa discussão mais relacionada às questões patrimoniais, em um contexto de mudanças de conceitos e principalmente de ações e de políticas de preservação patrimonial.

² O artigo propõe pensar e discutir as narrativas patrimoniais valorizadas oficialmente na região de Missões, no RS. Embora haja outros bens valorizados na região, o olhar mais atento será para o Sítio Histórico de São Miguel Arcanjo. Optou-se por esse Sítio por ser o bem patrimonializado em diferentes escalas (regional, nacional e mundial) e por apresentar valorização oficial nas dimensões material (as “Missões Jesuíticas dos *Guarani*”, desde 1938) e imaterial (*Tava* – Lugar de referência para o povo *Guarani*, reconhecida em 2014). Sabe-se que a temática não se restringe, e nem deve, a apenas esse Sítio. Ela abrange a região missioneira e extrapola limites nacionais, porém sendo o foco do artigo os processos oficiais de valorização patrimonial, selecionou-se o bem mais representativo nesse sentido.

Metodologicamente, busca-se a criação de um espaço que acolha provocações, inquietações e problematizações, sem visar resolução ou resposta. A intenção é que perspectivas e noções (novas ou não) sejam conflitadas sem serem esgotadas, admitindo a emergência de outros possíveis entendimentos, olhares, questionamentos. Ao fazer uso de um embate não resolutivo, o resultado obtido seria o movimento, e com este, a possibilidade de deslocamento para além do que se entende por “comum” ou “realidade”. É um eterno se reinventar, um desacomodar que leva adiante este pensar.

SENSIBILIZANDO O OLHAR: O RECONHECIMENTO DE OUTRAS MEMÓRIAS E POSSÍVEIS NARRATIVAS

O artigo propõe questionar aquilo que já foi dado e aceito como “narrativa oficial”, apresentando-a dentro do seu contexto histórico/cultural, mas problematizando-a sob novas perspectivas para que, ao ser revisitada, seja feita com outro olhar e outros questionamentos, trazendo, conseqüentemente, outras possíveis reflexões e respostas. Ao gerar uma tensão e se propor o exercício de rever o patrimônio sob outros olhares sensíveis, espera-se enriquecer e ampliar para novos pensamentos e desvendar novos horizontes.

Os lugares possuem uma temporalidade intrínseca e que de uma forma ou de outra pode ser acessada. O passado dos espaços por sua vez é um dos atributos que os torna únicos, é o que os diferencia e principalmente é o que os forma e os constitui. Trata-se da memória e da narrativa elegida para contar a história e conseqüentemente a escolha de uma perspectiva e o esquecimento de outras. Como indica Calvino (2017) ao descrever a cidade imaginária de Zaíra, ela não conta o seu passado, ela o contém - o passado é parte formadora do seu presente.

Assim como Zaíra, os lugares contêm o passado também expresso na sua materialidade - que mesmo quando destruída, indica uma seleção onde o apagamento é uma das possibilidades. São essas as marcas da existência de uma população específica, de antepassados que conformam um grupo enquanto indivíduos e sociedade - é a transmissão do passado ao presente, a herança, o patrimônio. Esses “rastros do passado” são acessados através da utilização da memória³ enquanto faculdade individual e coletiva. Entende-se, conseqüentemente, que além do indivíduo ou do grupo ser composto de memória, também esta é construída pelos que a constituem. Nora (1993) confirma a possível transformação e edição memoriais:

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos manipulações, susceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações (p.9).

Dessa forma, alterações e operações mnemônicas se tornam fragmentos forjados por deci-

³ A noção de memória é baseada nas reflexões desenvolvidas na dissertação de Nunes (2020), onde a memória e o esquecimento são problematizados em função de desastres e outros acontecimentos entendidos como negativos para os lugares e indivíduos.

são de alguém ou de instituições dotadas de poder suficiente para modificações e instaurações. A decisão pode ser espelhada, ou seja, por um lado ela se detém em fragmentar, destruir, até apagar; por outro, pode criar espaço para lembranças, homenagens. De qualquer maneira o esquecimento não é um tema que convida à neutralidade (ROSSI, 2010). Assim, se torna necessário pensar sobre a responsabilidade e a intenção de quem ou o que decide por obliterar ou lembrar dos fatos.

É importante, para a discussão proposta, o viés da latente e dinâmica relação que se estabelece entre memória e narrativa. Isso se deve ao fato de que, para carregar, preservar e transmitir recordações, são apontadas as narrativas como veículo para tal (RICOEUR, 2007). Contar e recontar os fatos (usando as mais diversas mídias) é como cria-se, modifica-se e transmite-se memórias. Assim, “quem” e “o que” esculpem os relatos e são responsáveis por dar forma e deformar as lembranças. É importante essa noção de responsabilidade sobre a narração de fatos, uma vez que estes possuem uma alta capacidade de seleção. No caso do patrimônio cultural, considerando que a escolha dos bens normalmente é feita por poderes institucionalizados e eles são usados também como instrumentos de poder, é preciso problematizar a potência e o alcance de estratégias e de ações provenientes dessas escolhas e decisões.

Uma das consequências de memórias privilegiadas em alguns contextos é a emergência de uma possível padronização de narrativas, desapegadas do singular e das especificidades locais. Como resultado, encontram-se lugares com passado (ao menos o narrado) homogêneo e pasteurizado, de forma que todos eles sejam percebidos como semelhantes, criando identidades generalizadas. Entretanto, ao se identificar marcas do passado, memórias a serem preservadas a partir de uma análise cuidadosa que valoriza diferentes narrativas, é possível singularizá-lo em um mundo que dá indícios de, cada vez mais, buscar reconhecer e valorizar a heterogeneidade e a individualidade.

A maneira como se vê, como se monta, desmonta, remonta o patrimônio e a sua consequente narrativa, auxilia na formação de identidade(s) e na intenção por detrás dela. Especula-se que há outro(s) tempo(s) e outra(s) narrativa(s) possíveis sobre o mesmo patrimônio, outra(s) leitura(s) para a mesma história. As narrativas sobre o mesmo lugar, sobre o mesmo bem, as marcas deixadas e valorizadas são diferentes e é necessário considerar os múltiplos tempos, atores e valores, sejam eles da narrativa do “colonizador” ou do “colonizado”, do “vencedor” ou do “derrotado”, do “lembrado” ou do “esquecido”.

Mignolo (2008) chama a atenção para essa necessidade de um conhecimento mais amplo – “a história do mundo escrita por europeus corresponde à experiência europeia e não à sensibilidade e experiências de todo o mundo” (MIGNOLO, 2008, p. 245). Adichie (2019), ao refletir sobre o risco de nos atermos a um número limitado de relatos, também indica a necessidade de dar espaços a outras histórias, de ver de diferentes maneiras o mesmo fato, afirmando que “é impossível falar sobre uma única história sem falar sobre poder. [...] Como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas, e quantas são contadas dependem muito de poder” (p. 22-23).

Ao propor sensibilizar o olhar e ser capaz de identificar outras narrativas, verifica-se a atenção às comunidades locais, aos “novos” atores sociais, tensionando narrativas oficiais e já estabelecidas. É através dessa multiplicidade de atores que a narrativa é (re)contada e (re)visitada, sendo um crescente de reflexões e de complexidade, que condiz com a nossa existência.

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da única história é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento de nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (ADICHIE, 2019, p. 27-28).

Somando-se aos pontos já levantados, Didi-Huberman (2017) instiga a necessidade de novas reflexões ao sugerir que “o que é preciso, a cada vez, é lançar novamente os dados e fazer novas perguntas” (p. 101). Armado sob estas provocações, propõe-se a emergência de novas perspectivas, leituras e sentidos para dar conta de enfrentar o questionamento proposto, sem esgotá-lo, sem resolvê-lo, mas sim aprofundando-o e explorando-o ainda mais, com vistas a chegar em lugares, obstáculos, conflitos outros e, quem sabe, provocar novas reflexões. Trata-se de um novo “lançar de dados”.

Na tentativa de melhor elaborar a relação pretendida entre memória, narrativas e suas seleções, e a sensibilização necessária para novos olhares, apresentam-se alguns esquemas que buscam ilustrar o encadeamento dos pontos relevantes para a discussão. Parte-se do pressuposto de que existem diversas narrativas, algumas delas, por determinadas razões, escolhidas e outras desconsideradas (fig. 1). O patrimônio é uma narrativa escolhida (deixando outras tantas à margem) e um elemento fundamental e formador de lugares e de identidades. É essa seleção de memórias e de narrativas que é questionada, entendendo-se que a patrimonialização de um ou mais bens culturais exclui tantos outros e de que, mesmo esse patrimônio já escolhido como narrativa oficial permite, ele mesmo, múltiplas narrativas.

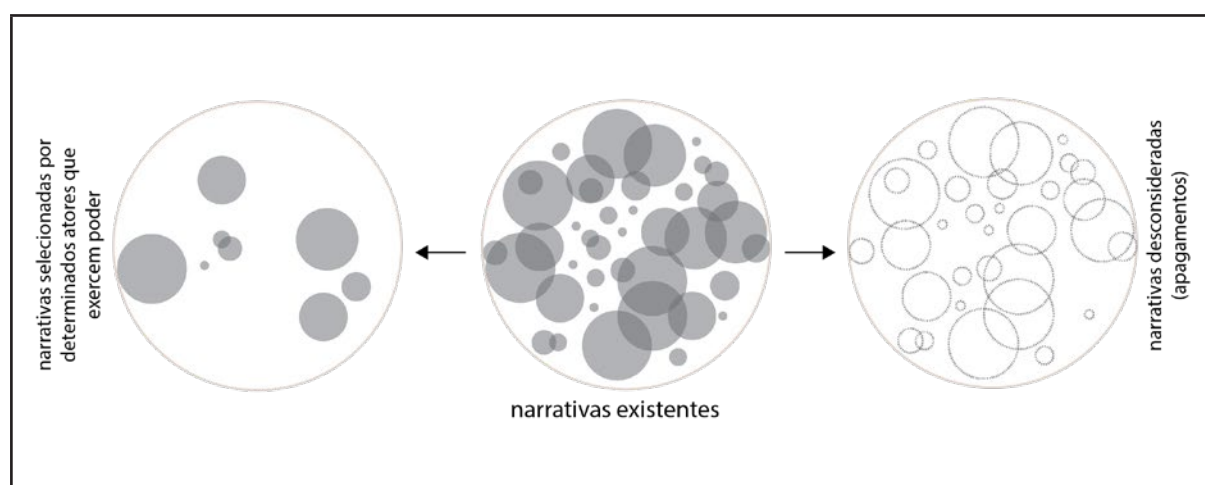


Figura 1 – esquema da exclusão de narrativas a partir da seleção “oficial”. Fonte: autores.

Tendo-se como ponto de partida, por exemplo, a narrativa eurocêntrica do conquistador que, mesmo sendo cada vez mais questionada ainda é base para muitas políticas brasileiras de patrimônio, indica-se a necessidade de rever essa ideia globalizada sobre o que é patrimônio. Esse olhar entendido como “oficial” acaba sobrepondo-se a realidades locais, “padronizando” narrativas e identidades e deixando à margem da história outras tantas narrativas e valores. Buscando sensibilizar esse discurso, apresenta-se a ideia (fig. 2) de que existem outras narrativas possíveis dentro da própria narrativa e que a escolha de qual será selecionada depende do interesse momentâneo, o que não exclui a possibilidade de, em outros momentos, novas escolhas e reflexões por outro viés.

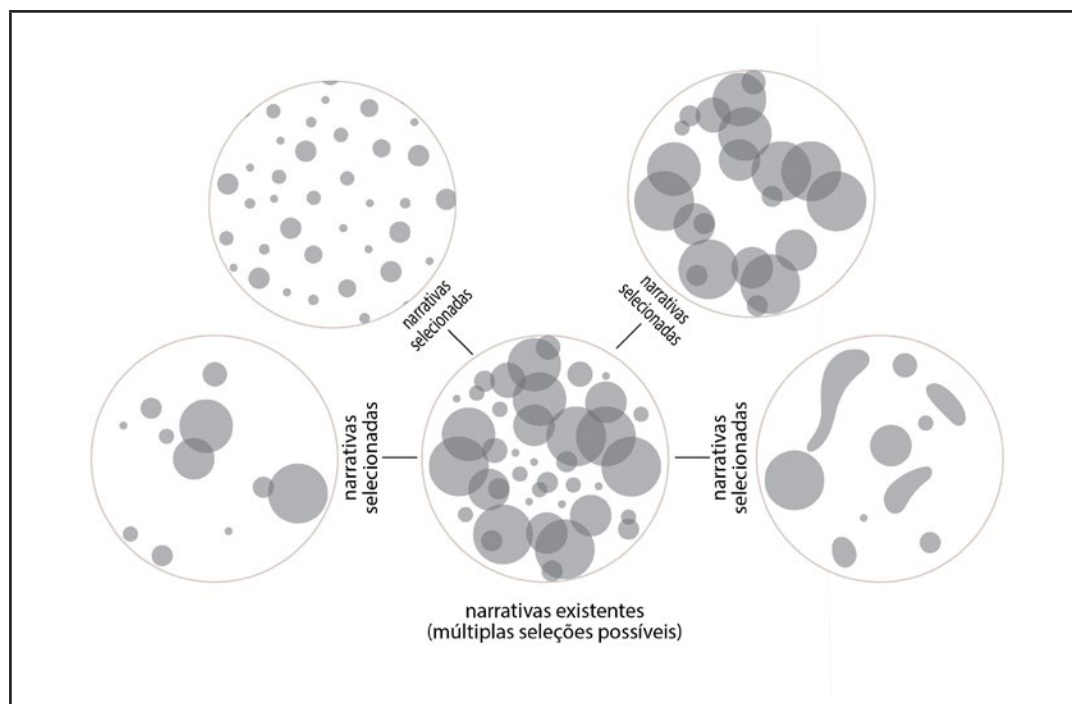


Figura 2 – esquema de seleções outras a partir da sensibilização do olhar. Fonte: autores.

Este próprio estudo acontece dentro dessa proposta (fig. 3). Os lugares são entendidos como uma tessitura composta por diversas narrativas que deixam marcas e, dentro deste emaranhado de informações, escolhe-se se debruçar sobre o elemento “patrimônio” e sua potencialidade como narração dos valores e da identidade em um tempo determinado, deixando-se outras narrativas mais ou igualmente relevantes de fora do recorte. O espelhamento dessa ação deixa a mostra as ambiguidades escondidas pelo poder e pelas tomadas de decisão. Sensibilizar o olhar sobre narrativas se traduz em confrontá-las, desestabilizá-las através de outras perguntas que permitam a emergência de outras leituras e outros questionamentos.

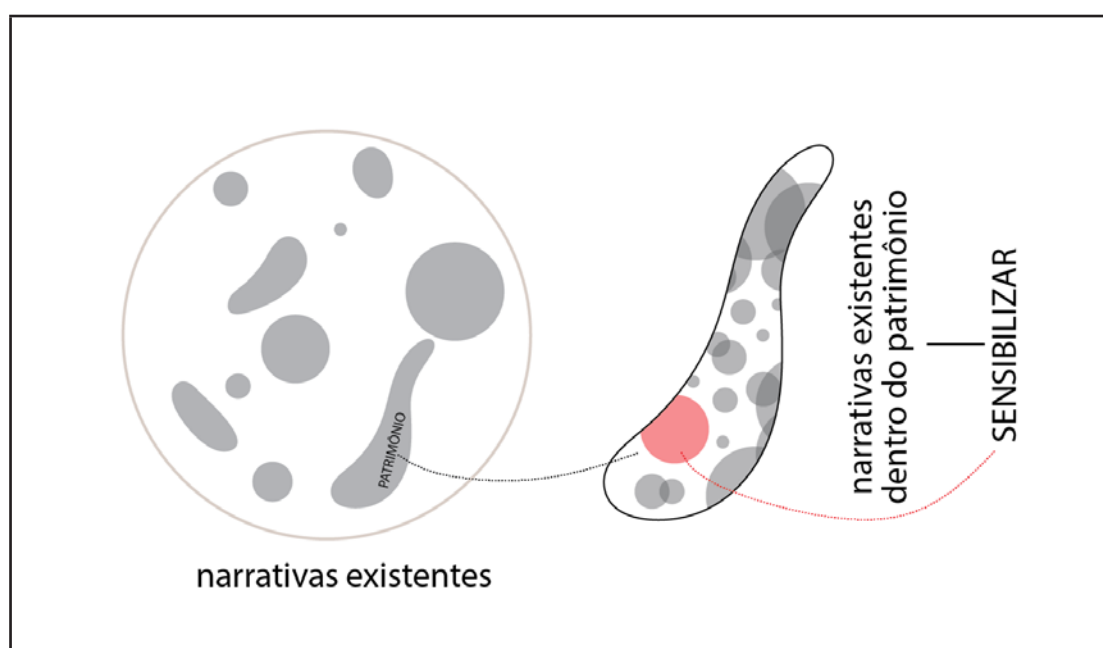


Figura 3 – esquema de seleção outra a partir da sensibilização do olhar. Fonte: autores.

Dentro das narrativas que compõem a patrimonial, mais uma vez avança-se e seleciona-se uma: a brasileira respaldada pela visão eurocêntrica. Nessa perspectiva, propõe-se a ampliação e a variação do processo de seleção patrimonial “padrão”, de forma a explorar narrativas existentes para além de polaridades e de conformidades. Busca-se uma reflexão sobre o patrimônio como narrativa e as diferentes narrativas existentes dentro de um mesmo patrimônio. Trata-se de narrativas “esquecidas” que parecem querer voltar à tona, proporcionando uma nova identidade patrimonial à identidade já existente.

PATRIMÔNIO COMO NARRATIVA E IDENTIDADE BRASILEIRA

Considerando a relação intrínseca entre identidade e narrativa, se explora a ideia de patrimônio como narrativa e enquanto narrativa, da seleção de presenças e de ausências, de lembranças e de esquecimentos formadores de identidades. Assim, retomando a ideia de que a memória, produzida e partilhada por indivíduos, se relaciona com lugares e de que o passado é formador e individualizador do presente, o patrimônio surge como uma das possíveis narrativas existentes, uma das múltiplas possibilidades de leituras da realidade.

Segundo Choay (2011, p. 16–19) o termo “monumento” origina-se do latim “monumentum” que deriva do verbo “monere”, significando “advertir; lembrar à memória”. Partindo-se desse ponto, entende-se que os bens e o patrimônio cultural⁴, estão intrinsecamente articulados a questões relativas à memória. O bem patrimonializado passa a ser objeto de poder e de significado ainda maior, lhe sendo atribuído um destaque pela narrativa oficial. Essa opção de lembrar e de esquecer traz em si mesma questões sobre essas escolhas e usos do patrimônio. Nesse sentido, as reflexões de Jacques (2015) parecem pertinentes ao indicar a necessidade de “compreender o que não conhecemos ou desconhecer o que pensamos compreender: as cidades, suas formas de apreensão, suas formas de experiência, suas diferentes narrativas possíveis e aqueles que as narram ou são narrados. Quem narra? O que narra? Como narra?” (p.17).

A narrativa tradicional do patrimônio e que formou a “identidade brasileira” tem origem em uma visão eurocêntrica, na Revolução Francesa (1789 - 1799), segundo Sant’Anna (1995). No Brasil⁵, a institucionalização das práticas de preservação inicia-se com a aprovação do Decreto-Lei nº 25, em 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e com a criação do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1938.

Nesse momento inicial (1937 - 1967), segundo Fonseca (2009), o objetivo era a busca da identidade nacional e a procura por bens que melhor representassem o que era o “ser brasileiro”. Tratava-se do patrimônio definindo uma memória coletiva nacional baseada em uma narrativa úni-

⁴ O que diferencia o “bem” do “patrimônio cultural”, segundo Chuva (2009) é o processo de patrimonialização, quando passa a ter um valor atribuído por um órgão de preservação.

⁵ Nesse artigo é apresentada uma breve contextualização sobre a origem do patrimônio no Brasil. O tema é baseado nas reflexões desenvolvidas na dissertação de Seixas (2014), que aborda a temática patrimonial e as políticas de preservação.

ca, centrada em bens coloniais luso-brasileiros e modernistas e visando consolidar uma história e uma identidade, a “identidade brasileira”.

Entre 1968 e 1979 ocorrem novas reflexões sobre o que deveria ser considerado patrimônio nacional. Alguns anos depois, Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN entre 1979 e 1982, indica a necessidade de ampliação da ideia de patrimônio cultural, entendendo que “mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar a memória nacional — até aquela feita em barro pelas mãos dos mais humildes e anônimos artesãos” (MAGALHÃES, 1997, p. 188). Esse talvez seja o momento no qual o patrimônio brasileiro busca esse olhar em outros atores, indicando que há outras “identidades nacionais”, incluindo aqueles que não necessariamente se identificavam nas edificações luso-brasileiras ou modernistas. Entretanto, embora houvesse essa indicação de ampliação de conceitos, permanecia a concepção patrimonial de arquitetos urbanistas focados nos bens materiais e na visão eurocêntrica da preservação.

Ao longo dos anos de 1970 e, principalmente, a partir de 1980, com o crescimento das cidades e o fortalecimento das organizações civis, a preocupação e o interesse pela definição de normas e de planejamento urbano ampliou-se (SANT’ANNA, 2017). A memória manifestada no patrimônio, a narrativa patrimonial, passa a ser um valor importante no contexto urbano. Os rápidos avanços e modernização dos espaços colocam em risco o patrimônio: a narrativa oficial, aquela a ser lembrada, é ameaçada de ser esquecida - os lugares e as marcas que os individualizam e conseqüentemente a identidade de seus indivíduos é incerta.

Na década seguinte, em 1990, ocorre a “revitalização” dos centros urbanos e o envolvimento mais acentuado com o turismo, provocando um processo de “artificialização” (SANT’ANNA, 2017). Os bens culturais, entendidos como objetos turísticos a serem valorizados e explorados, se revertem em dinamismo econômico, passando a ter um papel exclusivamente de atrativo cultural. É a construção de marcas, de lugares, de realidades que visam a mercantilização e o consumo do patrimônio como objeto.

Esse cenário muda, a partir dos anos 2000, quando novos instrumentos e ações do Estado são criados e aplicados (FIGUEIREDO, 2014). O Decreto nº 3551/2000, oficializa os bens imateriais como patrimônio e parte fundamental da identidade nacional, devendo ser objeto de políticas públicas. A narrativa de “pedra e cal”, de edificações luso-brasileiras ou de centros históricos turísticos, já não é mais suficiente para narrar a(s) memória(s) do país - a identidade brasileira patrimonial é ampliada e outras leituras passam a ser essenciais para contar a(s) história(s). Há mais de uma narrativa para o mesmo patrimônio.

REFLEXÕES SOBRE AS MISSÕES (RS), UM NOVO “LANÇAR DE DADOS”

Considerando a possibilidade e necessidade de identificar diferentes narrativas e de questionar sobre os usos e a instrumentalização do patrimônio, propõe-se uma breve reflexão⁶ sobre a

⁶ Trata-se de um assunto que está sendo abordado na tese em desenvolvimento e que foi já brevemente apre-

região das Missões (RS). Parte fundamental e responsável pelo processo histórico⁷ que gerou esse patrimônio, a população indígena *Guarani-Mbyá*⁸, presente na região desde antes da chegada europeia, tem sua narrativa oficialmente reconhecida quase um século após a valorização do viés do colonizador - apenas em 2014, o Sítio de São Miguel Arcanjo é reconhecido como “*Tava*, lugar de referência para o povo *Guarani*”. A partir desse momento a população autóctone, cujo “estereótipo” faz parte da narrativa oficial de maneira submissa e coadjuvante, passa a ter a identidade de protagonismo patrimonial. Adichie (2019) aponta essa limitação ao indicar que “a história única cria estereótipos, e o problema com estereótipos não é que sejam mentira, mas que eles são incompletos. Eles fazem com que a uma história se torne a única história.” (p.26).

A história oficial indica que a região das Missões, no noroeste gaúcho, relaciona-se com o início da ocupação luso-espanhola nos séculos XVII e XVIII, quando a Companhia de Jesus, a serviço da Coroa Espanhola, fundou, em terras tradicionalmente ocupadas por indígenas⁹, aldeamentos para facilitar a evangelização dos povos nativos, a “missão evangelizadora” – que resulta no nome “Missões”. Após o declínio dessa estrutura ocupacional ocasionado por tratados de delimitação de fronteiras entre Portugal e Espanha no século XVIII, os “Sete Povos das Missões”¹⁰ (localizadas no atual Brasil) passam por um período de abandono deste tipo de ocupação, mas ainda habitadas até o final do século XIX, quando se iniciam processos de imigração na região através da vinda de casais açorianos, e, de forma mais intensa, no início do século XX, com a vinda de alemães, italianos e poloneses. A vinda de imigrantes para uma região ocupada inicialmente por indígenas e jesuítas complexifica esse lugar, deixando marcas na arquitetura, no modo de vida, nas festas, na culinária e tantas outras manifestações e bens culturais.

Dentro do contexto de pensar o patrimônio como uma narrativa construída visando, entre outros fatores, o fortalecimento de uma identidade, observa-se que Missões é objeto de políticas públicas de reconhecimento e preservação, nesse caso valorizando (ou construindo) a identidade brasileira ligada à origem europeia e no caso mais específico à portuguesa (a quem coube essa região após os tratados entre as coroas). Essa construção e valorização de marcas europeias auxiliaram na formação da identidade “oficial” brasileira que estava sendo moldada e na qual o patrimônio é utilizado como um instrumento para a construção da narrativa patrimonial identitária, “visando à unidade nacional e à formação de um país moderno” (SEIXAS, 2014, p.19). Chuva (2009, p.48) indica que, para a construção do Estado Brasileiro, buscava-se “aquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, representante ‘genuína’ das origens da nação”. E isso incluía a região missioneira:

sentado em artigo publicado (Seixas; Marzulo, 2020).

⁷ Diversos autores trabalham com a temática das Reduções e Missões, cabendo aqui destacar as pesquisas de Ana Lúcia Meira, Bartolomeu Meliá, Jean Batista, Luis Antônio Custódio, Ramón Gutiérrez, Vladimir Stello, entre outros.

⁸ As palavras em *Guarani-Mbyá* estão escritas em itálico e segue a escrita da Escola indígena localizada na aldeia *Tekoa Koenju*. O nome “*Guarani -Mbyá*” será utilizado apenas para a denominação da comunidade. (IPHAN, 2014, p. 1).

⁹ Esse território atualmente situa -se em regiões do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai.

¹⁰ Fazem parte dos Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo. Dessas, quatro são considerados Sítios históricos e patrimônio cultural Brasileiro: São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir e São João Batista.

(...) poder-se-ia pensar que a “Guerra Guaranítica” contra os jesuítas, nas missões do sul da Colônia, e a Inconfidência Mineira, tratada então como divisor de águas das origens da nacionalidade pela historiografia tradicional, atenderam à necessidade de reafirmação do fratricídio, visando a construção de uma genealogia da nação brasileira. (CHUVA, 2009, p.48)

Os diferentes processos institucionais de patrimonialização pelos quais a região missioneira passou evidenciam a valorização da narrativa jesuítica europeia. A atenção preservacionista¹¹ de maneira mais institucionalizada principia na década de 1920, quando o Estado do Rio Grande do Sul, em 1922, indica as Ruínas de São Miguel Arcanjo como “Lugar Histórico”. Em âmbito nacional o início da preservação ocorre em 1938 no contexto citado de busca de formação da identidade nacional, quando o Sítio de São Miguel Arcanjo, é tombado¹² como Patrimônio Nacional, acompanhado em 1970 pelos demais Sítios - São João Batista, São Lourenço Mártir e São Nicolau. Em 1983, ocorre a declaração de patrimônio mundial de São Miguel Arcanjo, juntamente com as ruínas na Argentina, destacando-se, além do excepcional valor universal e arquitetônico, como importantes exemplares da atuação da Companhia de Jesus nas terras sul-americanas. Trata-se da valorização mundial da memória e narrativa europeia, das coroas de Portugal e Espanha no “novo mundo”. Observa-se que até esse momento, dentro do entendimento e contexto da época, as ruínas, as construções, a dimensão material¹³, são o que despertam a atenção e o olhar de valorização¹⁴ na região missioneira.

Após os anos de 2000, já citado anteriormente, há a ampliação da ideia de patrimônio, ou seja, passa-se a considerar, de maneira institucionalizada, outras narrativas possíveis como expressão da memória e da identidade brasileira. A narrativa *Guarani- Mbyá* é finalmente reconhecida¹⁵ como patrimônio cultural com o registro de São Miguel Arcanjo como *Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani*¹⁶ em 2014. Trata-se de uma outra narrativa, dessa vez *Guarani- Mbyá*, no mesmo lugar que já possui a jesuítica. Em 2015 a dimensão material do Sítio de São Miguel Arcanjo é declarada como Patrimônio do Mercosul e, em 2018, o mesmo ocorre com a dimensão imaterial, ou seja, a *Tava*.

Embora presentes desde antes da chegada dos europeus, os *Guarani- Mbyá* apenas há pou-

¹¹ Diversos autores indicam os processos de valorização do Sítio de São Miguel Arcanjo, como por exemplo Ana Lúcia Meira entre outros.

¹² O instrumento de preservação utilizado para o patrimônio material é o “tombamento”, enquanto para o patrimônio imaterial trata-se do “registro”.

¹³ Não se pretende aqui discutir sobre a questão “patrimônio material” x “patrimônio imaterial”, apenas indicar que, essa ideia, contextualizada, se fez presente ao longo da narrativa patrimonial missioneira.

¹⁴ Além do reconhecimento oficial pelos processos de patrimonialização, é possível identificar ações e políticas públicas de preservação e valorização da região, como obras de consolidação das estruturas, o espetáculo “Som e Luz”, as exposições no Museu das Missões, entre outros. Entretanto, esse assunto, não será aprofundado nesse artigo.

¹⁵ Esse reconhecimento resulta dos trabalhos iniciados oficialmente com o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC conduzido por uma equipe de pesquisadores (IPHAN e UFRGS) e com o envolvimento ativo da comunidade indígena. Faz parte de um contexto cultural nacional de ampliação da ideia de patrimônio, conforme aponta, entre outros autores, Chuva (2009), Fonseca (2009) e Figueiredo (2014).

¹⁶ A palavra “tava” é formada pela união de “ita” (pedra) + “avá” (gente, humanidade). É a maneira como o povo *Guarani-Mbyá* identifica o Sítio de São Miguel Arcanjo, um local importante para a comunidade pois “ali se encontra uma ‘casa de pedra’ que concretiza, de maneira paradigmática, a morada dos antigos, visível a todos (...) e que evoca os ensinamentos fundamentais para se viver de acordo com os princípios éticos *Guarani-Mbyá*. (IPHAN, 2014, p. 2)

co tempo conquistaram um papel importante na narrativa patrimonial e sua identidade passa a ser efetivamente valorizada como protagonista patrimonial (SEIXAS, MARZULO, 2020). É possível identificar que, pelo menos desde os anos de 1940, os *Guarani-Mbyá* estão presentes na região através de acampamentos, se estabelecendo de maneira definitiva em 1996 na *Tekoa Koenju*, a 30 km da sede do município (IPHAN, 2014). Essa presença indígena na região ocasiona reflexões sobre a relação entre os atuais *Guarani-Mbyá* e os do período missioneiro, o que faz com que, entre 2004 e 2008 se iniciem estudos junto ao povo *Guarani-Mbyá* de São Miguel das Missões, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Ao longo desse processo é observada a importância do Sítio de São Miguel Arcanjo, ou melhor, da *Tava*, para a comunidade, tratando-se de lugar através do qual “os Mbyá interpretam o evento histórico – as Missões – o qual foi incorporado aos relatos Mbyá e reelaborado segundo a lógica de sua cosmologia. Tais sentidos dados à *Tava* permitem acionar sentimentos de pertencimento e identidade” (IPHAN, 2014, p.7).

O significado é maior do que a edificação em si, há um valor na dimensão imaterial que é importante para a identidade do lugar- as marcas visíveis auxiliam no sentimento de pertencimento¹⁷. Para além de ruínas e pedras, para a população *Guarani- Mbyá* atualmente presente na região e para aqueles que possuem essa identidade indígena, o lugar é mais que materialidade, trata-se “do local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra, nas quais deixaram suas marcas, ou melhor, parte de suas corporalidades [...]” (IPHAN, 2014, p. 1). Assim, tornando-se essa narrativa um patrimônio nacional, reconhece-se os significados e valores atribuídos pelos *Guarani-Mbyá* ao lugar, “a partir do qual eles pretendem contar sua história” (IPHAN, 2014, p. 34).

O uso patrimonial para contar a sua história permite uma identificação e uma individualização. Não se trata de qualquer ruína, trata-se de um lugar específico que possui uma dimensão que passa a ser ressignificada e pode ser utilizada, inclusive, como instrumento de poder, como aponta uma liderança ao afirmar que “temos que contar as histórias da *Tava*, pra tocar o coração deles [os não indígenas] e eles nos darem uma situação melhor, reconhecerem nosso direito” (TAVA - A CASA DE PEDRA, 2012).

Atores fundamentais no processo histórico, demorou um século após a valoração do bem material das ruínas de São Miguel, para que o significado cultural atribuído pelos *Guarani-Mbyá* fosse reconhecido como parte formadora desse patrimônio, como memória a ser valorizada e identidade patrimonial a ser considerada. Isso indica que é preciso e possível, ainda, muitos outros “lançamentos de dados” sobre a temática¹⁸.

¹⁷ O Dossiê de Registro da Tava (IPHAN, 2014) e o INRC, além de outras pesquisas sobre a temática, indicam que há outros lugares importantes para os *Guarani- Mbyá* na região de Missões, não se limitando ao Sítio de São Miguel Arcanjo/ *Tava* e que extrapola inclusive a atual delimitação do território nacional.

¹⁸ Pode-se pensar, por exemplo, sobre a questão da imigração em Missões, que ainda não possui patrimônios reconhecidos em âmbito nacional. Nesse sentido vale aqui destacar a tese de Vladimir Stello (2013) sobre a paisagem cultural missioneira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu instigar a importância de uma leitura mais sensível “da realidade” patrimonial. A discussão foi tecida se apoiando no pressuposto do patrimônio como uma narrativa escolhida e selecionada, o que faz com que outras sejam colocadas de lado, apagadas ou esquecidas. Buscou-se apresentar que, mesmo dentro de uma narrativa já escolhida, de um patrimônio já valorizado, existem outras possibilidades a serem experimentadas. Sendo um elemento fundamental e formador de identidades dos lugares, essa revisitação em ideias e conceitos sobre o patrimônio se faz necessário para uma sensibilização do olhar e do pensar.

A memória do lugar, seu passado e suas marcas podem individualizá-lo em um mundo cada vez mais globalizado, sendo o que o diferencia e o valoriza. Utilizado e instrumentalizado como uma forma de expressão da memória e do poder, o patrimônio pode definir identidades através das narrativas escolhidas. Dessa forma, ter em mente o que é esquecido ou lembrado, identificado e valorizado como patrimônio ou não, ou seja, qual (is) a(s) narrativa(s) estão sendo contadas é importante para a construção do presente e do futuro.

É notório que houve, dentro do contexto histórico, um maior interesse nos bens de “pedra e cal”, entendendo-os como a base da construção da identidade nacional. A partir da expansão da ideia do que pode ou deve ser preservado, outros atores e outras narrativas surgem, sendo necessário “(re)pensar o patrimônio” e “para que(m)” esse patrimônio é preservado. Refletir sobre qual versão de narrativa está sendo contada e qual (is) está (ão) sendo deixada(s) no esquecimento, é, ao nosso entender, um ponto fundamental, pois permite outros olhares para a mesma “realidade”, permitindo que um mesmo lugar e suas marcas possam ser lidos de maneiras diferentes por outros grupos sociais.

A trajetória do trabalho permitiu diversas e ricas descobertas, revelações, provocações outras, não possíveis de serem entrelaçadas no tecer deste artigo. Ideias como “Cronotopos”, “tempo narrado”, “atores sociais”, “narrativas coloniais e decoloniais” e tantas outras permanecem em aberto, comprovando que a narrativa escolhida para a construção deste artigo, assim como as narrativas estudadas, possui diferentes desdobramentos, acolhimentos e esquecimentos. Há outras possíveis narrativas dentro dela mesma, e que tantas outras possibilidades foram deixadas de lado e mereceriam, igualmente, serem exploradas em trabalhos futuros. Por isso continuamos nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: : Jorge Zahar Ed., 1999.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CHOAY, Françoise. *As Questões do Patrimônio Antologia para um Combate*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Cascas*. São Paulo: Editora 34, 2017.
- FIGUEIREDO, Vanessa Bello. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. 2014. FAUUSP, [s. l.], 2014.
- FONSECA, Maria Cecilia Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3 edição ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- IPHAN. Dossiê de Registro / IPHAN - TAVA - Lugar de Referência para os Guarani, 2014. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_da_Tava_Lugar_de_Referencia_para_o_Povo_Guarani(1).pdf)>
- JACQUES, Paola Berenstein. *Experiência, Apreensão e Urbanismo*. Tomo 1. Coleção Experiências Metodológicas. Salvador: Edufba, 2015.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MIGNOLO, Walter D. *La opción de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso*. Tabula Rasa, [s. l.], n. 8, p. 243–281, 2008.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, v. 10, n. 1, p.7-28, dez. 1993.
- NUNES, Ana Laura Carvalho. *A cidade e o desastre: Goiânia (GO) e o césio-137*. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- ROSSI, Paolo. *O Passado, a Memória, o Esquecimento: Seis Ensaios da História das Ideias*. São Paulo: Unesp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade – documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937 - 1990)*. 1995.
- SANT'ANNA, Márcia. *A cidade- atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil nos anos 1990*. Salvador: FAUFBA, EDUFBA-PPG-AU, 2017.
- SEIXAS, Ana Luisa Jeanty. *Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas*

NUNES, Ana Laura Carvalho; SEIXAS, Ana Luisa Jeanty de; VIEIRA, César Bastos de Mattos. Na Sensibilidade do Perceber: As diversas possibilidades e outras narrativas das Missões (RS). Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 245-259, Jul-Dez. 2021.

idades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo. 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio De Janeiro, 2014.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty de; MARZULO, Eber Pires. *Emergência Guarani-Mbyá nas Missões Jesuíticas. Novos atores no Patrimônio Cultural?* Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/105897/58756>

TAVA, A casa de pedra. Direção e fotografia: Ernesto Ignácio de Carvalho, Vincent Carelli, Patricia Ferreira (keretxu), Ariel Duarte Ortega. Edição: Tita (Tatiana Soares de Almeida). Brasil: Vídeo nas Aldeias, 2012. 1 DVD (78min), estéreo, colorido.